

Operações sobre grelhas argumentais: nomes deverbais e predicados complexos

Matilde Miguel
FLUL / CLUL¹

Anabela Gonçalves
Inês Duarte
FLUL / Onset-CEL²

1. A questão

A alternância causativa / anticausativa que se manifesta em certos pares verbais e ilustrada em (1) para as variantes transitiva / média e em (2) para as variantes transitiva / inacusativa tem sido objecto de discussão alargada.³

- | | |
|-----------------------------------|---------------|
| (1) a. A Maria descascou a fruta. | (transitiva) |
| b. A fruta descasca-se bem. | (média) |
| (2) a. A Maria quebrou o copo. | (transitiva) |
| b. O copo quebrou-se. | (inacusativa) |

Dados como os de (1) e (2) colocam as seguintes questões: (i) o que permite que uma mesma entidade lexical – neste caso, um verbo – se realize em configurações sintácticas diferentes?; (ii) qual a relação entre o Léxico / Sistema Léxico-Conceptual e o Sistema Computacional (a Sintaxe)? Dito de outra forma, que função temática deve realizar-se na estrutura sintáctica⁴, e em que posição argumental?

No presente trabalho, é nosso objectivo mostrar que a hipótese da existência de operações lexicais de *redução* e de *saturação* que afectam as entradas verbais lexicais, como as que são assumidas em Reinhart (2000, 2002), se afigura pertinente para dar conta de construções nominais cujo núcleo tem uma base associada a verbos transitivos⁵. Essas operações deverão explicar (i) a possibilidade de (3d) e a impossibilidade de (3c), (ii) a possibilidade de (4b-c) e (iii) a ambiguidade de (5).

¹ O CLUL é uma unidade de I&D financiada pela FCT (POCTI-ISFL-214).

² O Onset-CEL é uma unidade de I&D financiada pela FCT (POCTI-SFA-17-745).

³ Para uma síntese bibliográfica sobre estas questões, veja-se Alexiadou, Anagnostopoulou & Schäfer (2005).

⁴ A relação entre função temática e estrutura sintáctica tem sido formalizada por princípios como o Critério Temático (Chomsky, 1981), a Hipótese da Uniformidade de Atribuição de Função Semântica (UTAH, em Baker, 1988) e o Princípio de Projecção de Estrutura Argumental na Estrutura Sintáctica (Grimshaw, 1990).

⁵ Ver também Chierchia (2004).

- (3) a. Os japoneses afundaram a esquadra americana do Pacífico.
 b. A esquadra americana do Pacífico afundou-se.
 c. * o afundamento dos japoneses _{Agente}
 d. o afundamento da esquadra americana do Pacífico _{Tema}
- (4) a. O coleccionador adquiriu o último quadro de Paula Rego.
 b. a aquisição do coleccionador _{Agente}
 c. a aquisição do quadro _{Tema}
- (5) a tradução de Pedro Tamen _{Agente / Tema}.

Mostraremos, ainda, que operações desta natureza, cujo domínio de aplicação se pode estender à Sintaxe, podem ajudar a entender o processo de internalização que afecta o argumento externo do predicado encaixado na construção de União de Orações ilustrada em (6b):

- (6) a. O João mandou a Maria comer a sopa.
 b. O João mandou comer a sopa à *Maria*.

2. Pressupostos teóricos

2.1. O Sistema Temático

Em Reinhart (2000, 2002), o Sistema Temático (Sistema- θ) é um sistema central de conceitos abstractos que codifica informação legível, garantindo assim a interface entre o sistema Léxico-Conceptual e o Sistema Computacional e, indirectamente, os sistemas de inferência semântica (cf. Reinhart, 2002: 1). Tal Sistema contém:

- (a) As entradas lexicais enquanto conceitos formalmente codificados;
 (b) as operações sobre entradas lexicais;
 (c) as instruções sobre o modo como a especificação temática da entrada lexical é projectada na estrutura sintáctica;
 (d) o traço de Caso Acusativo (ACC), que permite a interface entre o Sistema- θ e o Sistema Computacional e que se encontra associado a entradas verbais de dois lugares, bem como a um argumento dessas entradas, seleccionado no Sistema- θ . Este traço é legível apenas no Sistema Computacional e permite determinar a ordem de projecção (*merge*), bem como outras propriedades da derivação. Não sendo legível nos Sistemas de Interface, ACC tem de ser apagado no decurso da derivação.

A codificação das relações temáticas dos argumentos é feita através da especificação de dois traços, [*c*] (“cause change”) e [*m*] (“mental state”), que assumem os valores negativo e positivo. Tais traços são legíveis nos Sistemas de Interface, pelo que não são apagados no Sistema Computacional e, logo, são transmitidos ao longo da derivação.

Da combinação dos valores dos traços acima mencionados, resultam as diferentes funções temáticas, como ilustrado na matriz em (7):

(7) Matriz de traços das funções temáticas em Reinhart (2000)

(a) [+c +m] – Agent	(e) [+c] – Cause
(b) [+c -m] – Instrument	(f) [+m] – Sentient (sujeitos com o traço [+animado] (cf. Experienciador com verbos psicológicos – <i>conhecer, amar, odiar</i> -; sujeito de inergativos – <i>chorar, rir, dormir, sentar, levantar</i>))
(c) [-c +m] – Experiencerr	(g) [-m] – Subject Matter / Locative Source
(d) [-c -m] – Theme / Patient	(h) [-c] – Goal / Benefactor

2.2. Operações sobre entradas verbais lexicais

Reinhart (2000, 2002) propõe ainda a existência de operações lexicais que afectam as entradas codificadas no Sistema- θ e permitem derivar as várias formas de um verbo a partir de uma mesma estrutura temática, como expresso no Princípio de Uniformidade Lexical enunciado em (8):

(8) *Princípio de Uniformidade Lexical*

Cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical, com uma estrutura temática.

Tendo em conta os objectivos do nosso trabalho, as duas operações lexicais relevantes são a *saturação* e a *redução*, cujas propriedades apresentamos de seguida.⁶

2.2.1. Saturação

A operação de saturação fecha existencialmente um dos argumentos do verbo, que é realizado semanticamente mas não se projecta como argumento sintáctico. A construção média ilustrada para o PE em (9) é entendida por Reinhart (2000, 2002) e Duarte (2003) como resultante da aplicação desta operação, no sentido em que o papel- θ externo é saturado⁷, como se explicita em (10):

- (9) a. O João lê bem a tua letra. [Duarte, 2003: 556, ex. (2a)]
 b. A tua letra lê-se bem. [Duarte, 2003: 556, ex. (1a)]
- (10) a. ler (θ_1, θ_2)
 b. Saturação: λx (ler ($x \theta_2$))
 c. *a tua letra lê-se bem* $\leftrightarrow \lambda x$ (x leu a letra)

⁶ Sobre estas operações, vejam-se também Marelj (2004) e Reinhart & Siloni (2005).

⁷ De acordo com Duarte (2003: 537-538), “a saturação fecha existencialmente esse papel- θ , i.e., faz dele uma variável ligada por um operador existencial, pelo que a posição de especificador de SV não pode ser preenchida por um SN argumental.”.

2.2.1. Redução expletiva

Considerem-se, agora, as sequências (11), em que o argumento externo é um *Agente*, e (12), que admite um papel- θ externo *Agente*, *Instrumento* ou *Causa*:

- (11) a. A polícia / *a colher / *o calor / interrogou a testemunha.
 b. *A testemunha interrogou (-se).
 (12) a. A Ana abriu a porta (para entrar).
 b. A chave abriu a porta (*para entrar).
 c. O vento abriu a porta (*para entrar).
 d. A porta abriu-se.

As propriedades de selecção semântica das entradas em (11) e (12) encontram-se representadas em (13):

- (13) a. interrogar (θ_1 [+c +m], θ_2 [-c -m])
 b. abrir (θ_1 [+c], θ_2 [-c -m])

O contraste entre (11b) e (12d) decorre do facto de a variante inacusativa só poder ser gerada se a entrada lexical do verbo transitivo integrar um argumento externo especificado positivamente apenas para o traço [c]; assim, a variante inacusativa é permitida em (12d), dadas as especificações lexicais em (13b), mas não o é em (11b), dado que o argumento externo deste verbo é especificado positivamente quer para [c] quer para [m] (cf. (13a)). Neste sentido, Reinhart (2000) define a classe de inacusativos gerados por alternância da seguinte forma:

- (14) Um verbo é inacusativo se e só se o seu conceito verbal incluir um papel- θ [+c] e este papel- θ se encontrar reduzido (i.e., não realizado).

A operação de redução subjacente a (14) consiste basicamente na expletivização do argumento externo, como formalizado em (15):

- (15) Redução de papel- θ externo: expletivização (Reinhart, 2000:41)
 a. $V(\theta_1, \theta_2) \rightarrow R_{e(\text{expletivo})}(V)(\theta_2)$
 b. $R_{e(\text{expletivo})}(V)(\theta_2) \rightarrow V(\theta_2)$

A impossibilidade de gerar um *output* inacusativo em (11) decorre da restrição sobre redução de funções- θ enunciada em (16):

- (16) Um papel- θ especificado para o traço [+m] não pode ser reduzido.

Os efeitos sintácticos da redução expletiva são os seguintes: (i) ou o argumento preservado depois da aplicação da operação se move para satisfazer EPP ou (ii) um expletivo é inserido.

3. A estrutura argumental das nominalizações de base verbal transitiva

Vários trabalhos têm demonstrado, para diferentes línguas, que existe uma simetria entre as nominalizações eventivas e o predicado verbal a partir do qual estas são formadas: Tal simetria regista-se nomeadamente no que diz respeito às propriedades de selecção (cf. Grimshaw, 1990; Picallo, 1991, e. o). Vejam-se a este propósito os exemplos em (17) e (18):

- (17) a. O Pedro discutiu com a Ana.
 b. A discussão do Pedro com a Ana acabou mal.
 c. A sua discussão com a Ana acabou mal.
- (18) a. O Pedro veio para falar com a Maria.
 b. A vinda do Pedro para falar com a Maria foi adiada.
 c. A sua vinda para falar com a Ana foi adiada.

O facto de as nominalizações herdarem a estrutura argumental do predicado verbal de que derivam não significa que tenham a mesma capacidade de lexicalizar os argumentos. Com efeito, como observado em Chomsky (1970) e Grimshaw (1990), e.o, nomes de base verbal transitiva têm uma leitura eventiva se e só se o argumento interno se encontrar realizado (cf. (19a, b)), embora a presença desse argumento não garanta por si só a leitura eventiva (cf. (19c)).

- (19) a. As sucessivas traduções *(da Bíblia) enriqueceram o nosso património.
 b. Estamos a acompanhar a nova tradução *(da Bíblia).
 c. As sucessivas traduções da Bíblia encontram-se na biblioteca nacional.

Quanto ao argumento externo Agente, quando realizado nestes contextos, só pode assumir a forma de um sintagma-*por* (cf. (20a)), sendo que a presença de dois sintagmas genitivos força uma leitura referencial do núcleo nominal, caso em que o segundo sintagma genitivo tem uma interpretação de possuidor / criador:

- (20) a. a tradução do livro pela Maria.
 b. a tradução do livro da Maria.

Contrariamente ao que acontece com o argumento interno, o argumento Agente em *por* não pode ocorrer só, sob pena de provocar degradação ou agramaticalidade da estrutura (cf. (21b)):

- (21) a. A demolição do teatro pela câmara está a decorrer neste preciso instante.
 b. ??/* A demolição pela câmara está a decorrer neste preciso instante.

3.2. Análises propostas

No sentido de dar conta das propriedades das nominalizações de base verbal transitiva, existem, no essencial, duas grandes linhas de análise. A primeira, defendida

em Chomsky (1970), Grimshaw (1990) e Picallo (1991), e.o., toma as nominalizações transitivas como construções passivas. Constitui argumento para esta análise a possibilidade de Controlo de PRO em frases infinitivas adjuntas (cf. (22)), o que evidencia que, embora não se projecte sintacticamente, o Agente se encontra semanticamente activo:

(22) a invasão do Iraque [para PRO tomar conta dos poços de petróleo]

O paralelismo entre as passivas verbais e o as nominalizações transitivas é, contudo, enfraquecido pelo facto de nas primeiras, mas não nas segundas, (i) se verificar transmissão de papel temático ao argumento externo (cf. (23) vs. (24)) e (ii) ser possível extrair o sintagma-*por* (cf. (25) vs. (26)).

(23) a. Os miúdos temem o escuro.

b. O escuro é temido pelos miúdos.

(24) *o temor do escuro pelos miúdos [Duarte, 2003: 525]

(25) Por quem foi destruído o avião?

(26) *Por quem viste a destruição do avião?

Note-se, ainda, que os verbos inacusativos não admitem passiva (cf. (27)) mas dão lugar a nominalizações (cf. (28)):

(27) *O João foi chegado.

(28) a chegada do João

A segunda linha de análise, proposta em Alexiadou (2001), considera as nominalizações transitivas como construções inacusativas. Os argumentos em favor de tal análise encontram-se sintetizados de seguida:

(i) O agente realiza-se como um adjunto interpretado como *causador*;

(ii) o argumento interno do verbo encontra-se obrigatoriamente presente e é responsável pelas propriedades aspectuais da construção;

(iii) o sintagma genitivo ocorre sempre em posição pós-nominal;

(iv) os afixos nominalizadores seleccionam como complemento verbos monoargumentais de tipo inacusativo.

Esta proposta, por um lado, exclui a possibilidade de verbos inergativos darem origem a nominalizações eventivas, contrariamente aos factos:

(29) a. As crianças correram (de casa até à escola).

b. A corrida das crianças (de casa até à escola) demorou 10 minutos.

Por outro lado, tal análise prediz que, quando derivados de inergativos, os nomes só possam ter uma leitura referencial, visto que o argumento externo não tem capacidade para delimitar o evento. Ora, a gramaticalidade de (29b) mostra que os

nomes derivados de inergativos podem ter uma leitura eventiva, como defendido em Miguel (2004).

Sintetizando, todas as análises predizem incorrectamente que:

- (i) não existe diferença entre verbos inacusativos e verbos inergativos, i. e., a não ser que inergativos e inacusativos sejam tratados de modo igual, fica enfraquecida a hipótese de que as nominalizações eventivas de base transitiva têm por base um verbo inacusativo;
- (ii) a leitura eventiva depende exclusivamente da realização do argumento interno, i.e., as propriedades aspectuais da base verbal não são tidas em consideração.

3.3. Sistema temático e derivação de nominalizações de base transitiva

Para dar conta da derivação de nominalizações de base transitiva, assumiremos, como em Miguel (2004), que:

- (i) As nominalizações constituem predicados de tipo monoargumental, no sentido em que apenas um argumento é obrigatoriamente realizado;
- (ii) os outros argumentos previstos na grelha temática do predicado verbal surgem encaixados em preposições.
- (iii) as nominalizações atribuem uniformemente um caso genitivo ao seu argumento único, o que pode ser comprovado pela possessivização desse argumento.

Esta caracterização permite colocar a seguinte hipótese: em PE, nas nominalizações de base transitiva, o argumento lexicalizado pode ser ou (i) o argumento interno, o que gera uma estrutura inacusativa ou média, ou (ii) o argumento externo, o que gera uma estrutura inergativa.

Considere-se em primeiro lugar uma derivação de tipo inacusativo, como em (30), em que a nominalização é gerada através das operações lexicais sobre a entrada verbal de base, explicitadas em (31):

(30) abertura da porta

(31) Operações lexicais sobre a entrada verbal

a. Tome-se a entrada de base *abrir* ([+c], [-c -m])

b. Dada uma entrada verbal n -ária, em que $n > 1$, marquem-se os argumentos da seguinte forma (cf. Marelj, 2004: 25):

i. Marque uma matriz [-] com o índice 2

ii. Marque uma matriz [+] com o índice 1

iii. Se a entrada incluir simultaneamente uma matriz [+] e uma matriz totalmente especificada [α / -c], marque o verbo para o traço acusativo (ACC).

Dadas estas instruções de marcação, obtém-se a seguinte representação: *abrir*_{ACC} ([+c]₁, [-c -m]₂).

c. Aplique-se à entrada marcada a operação de redução / expletivização em (15), de forma a obter: *abrir* ([-c -m]₂)

d. Conforme as instruções em (32), insira-se o argumento [-c -m]₂ em posição de argumento interno.

(32) Instruções para *merge* (Marelj 2004: 25)

- (a) Quando nada o prófibe, insira o argumento em posição externa.
- (b) Um argumento que realize uma matriz marcada como 2 é inserido internamente; um argumento com uma matriz marcada como 1 é inserido externamente.

A derivação do nome no Léxico é obtida a partir da raiz da forma verbal reduzida apresentada em (31c), combinada com um afixo nominalizador, marcado com o traço GENITIVO⁸. O argumento- θ que sobreviveu à aplicação da regra de redução sobre a entrada verbal é, também ele, marcado com Genitivo (GEN), dando lugar ao *output* em (33):

(33) *abertura*_{GEN} da porta_[-c -m]

Dado que, como defendido em Fox & Grodzinsky (1998) e Alexiadou (2001), não há transmissão de papel- θ externo no domínio nominal (cf. **o temor do escuro pelos miúdos*), numa expressão do tipo *a abertura da porta pela tempestade*, é a preposição *por* que θ -marca e atribui Caso ao seu complemento agentivo.

A derivação do nome no léxico da forma acima enunciada permite alargar ao domínio nominal os corolários sintácticos da aplicação da regra de redução propostos para o domínio verbal em Reinhart (2000) – veja-se a secção 2.2.1. Assim,

- (i) se um possessivo com os traços [-c -m] for inserido na numeração, as suas propriedades morfológicas e casuais permitem-lhe verificar EPP; a forma com um possessivo seria então equivalente à versão pessoal de um inacusativo (cf. (34)).

(34) a sua chegada \leftrightarrow o João chegou

- (ii) Se um DP Tema for inserido, como argumento interno, deriva-se uma construção em que o traço EPP é verificado por um expletivo; esta forma seria equivalente à versão impessoal de um inacusativo (cf. (35)).

(35) a chegada do João \leftrightarrow chegou o João

Esta análise prediz correctamente o contraste entre (36) e (37), que se distinguem pelo facto de o argumento lexicalizado corresponder, na primeira, ao argumento interno da base verbal e, na segunda, ao argumento externo:

⁸ Para manter a ideia de que os nomes derivados são formados no Léxico, torna-se necessário assumir que este afixo nominalizador se encontra presente no Sistema Léxico-Conceptual e dispõe de um traço GENITIVO.

(36) o afundamento do navio_[-c -m]

(37) *O afundamento dos japoneses_[+c +m]

De facto, uma vez que a redução expletiva opera sobre o argumento θ_1 da entrada lexical *afundar* ($\theta_1 [+c]$, $\theta_2 [-c -m]$), eliminando-o, e dado que o nome é derivado da forma reduzida, ou seja, da forma em que θ_1 já não está disponível, só é possível gerar a derivação inacusativa em (36), em que o argumento lexicalizado é θ_2 . Note-se que (37) só é gramatical se o argumento lexicalizado for marcado como $[-c -m]$, caso em que é interpretado como argumento interno, como em (36).

A hipótese que acima colocámos para as nominalizações de base transitiva prevê que, para além das derivações de tipo inacusativo, as operações lexicais dêem também lugar a derivações de tipo inergativo. Neste último caso, a derivação é sempre ambígua entre leitura inergativa e leitura inacusativa ou média, como em (38):

(38) a tradução do Pedro Tamen

Esta ambiguidade, ausente das derivações de tipo inacusativo acima ilustradas, decorre do facto de, nestes casos, poderem operar, alternativamente, a expletivização ou a saturação de θ_1 .

Se operar a saturação, o argumento externo é realizado semanticamente, ou seja, continua associado a uma matriz de traços, mas não se projecta sintacticamente. As operações lexicais sobre a entrada verbal são, neste caso, as que se encontram em (39):

(39) a. Entrada de base: *traduzir* ($[+c +m]$, $[-c -m]$)

b. Marcação dos argumentos: *traduzir*_{ACC} ($[+c +m]_1$, $[-c -m]_2$)

c. Saturação – (10) aplica-se à entrada marcada, tendo como resultado: λx (*traduzir* (x θ_2))

d. *Merge* interno de θ_2 , conforme as instruções em (32).

Assim, quando o nome é formado a partir da base verbal sobre a qual operou a saturação, encontram-se disponíveis 2 matrizes de traços: a do argumento $[-c -m]$, sintacticamente realizado, e a do argumento saturado, que não tem realização sintáctica na construção verbal. Desta forma,

- (i) Se o nome se combinar com um argumento $[-c -m]$, como em *tradução do livro*, obtém-se uma derivação média;
- (ii) se o nome se combinar com um argumento $[+m]$, como em *tradução da Maria*, obtém-se uma derivação inergativa;
- (iii) se o nome se combinar com um argumento que possa ser ambigualmente marcado como $[-c -m]$ ou como $[+m]$, como em *tradução de Pedro Tamen*, obtém-se uma derivação ambígua.

Com uma análise desta natureza, prediz-se correctamente que a generalidade dos nomes derivados de bases verbais transitivas com uma matriz especificada para $\theta_1 [+c]$ possa ter duas derivações, obtidas por duas operações lexicais distintas: expletivização,

se $\theta 1$ for [+c, -m], ou saturação, se $\theta 1$ for [+c, +m]. A expletivização de $\theta 1$ dá origem a uma derivação inacusativa impessoal ((40a)) ou pessoal ((40b)):

- (40) a. a inundação da cidade [_{-c -m}]
b. a sua_[-c -m] inundação.

Em (40), a expletivização suprime o argumento $\theta 1$ da entrada da base verbal, pelo que se espera que esse argumento não esteja disponível no momento da nominalização. Assim, embora o argumento externo possa ocorrer encaixado na preposição *por*, uma vez que   esta preposição que θ -marca esse constituinte (cf. (41a)), não   possível a sua ocorrência sob a forma de um possessivo (cf. (41b)). Encontra-se ainda inviabilizada a ocorrência de um *Instrumento* (cf. (42)) e de adjuntas finais (cf. (43)), construções em que se exige controlo da situação pelo agente implícito da nominalização:

- (41) a. a inundação da cidade [pela tempestade _[-c -m]]
b. * a sua inundação da cidade
(42) a inundação da cidade *[com uma tromba de água]
(43) a inundação da cidade [pela tempestade]_[-c -m] *[para PRO afogar os habitantes]

A saturação de $\theta 1$, por sua vez, dá origem a uma derivação média, em que   possível a ocorrência de um *Instrumento* e de PRO em adjuntas finais:

- (44) a inundação (deliberada) da cidade [pelos ocupantes]_[-c +m] [com a explosão da barragem] [para PRO tomar posse do território]

4. Os predicados complexos do tipo *fazer-Inf*

Nesta secção, pretendemos propor uma análise dos predicados complexos que envolvem verbos causativos com base na ideia de que, têm nestes casos, a grelha temática de um dos predicadores envolvidos é alterada, processo que, contrariamente ao que acontece nas nominalizações, tem lugar na Sintaxe e não no Léxico. Como tem sido descrito na literatura (cf. Kayne, 1975; Raposo, 1981; Gonçalves, 1999, e.o.), nesta construção, (i) o verbo causativo e o verbo encaixado ocorrem em adjacência e o constituinte classicamente caracterizado como sujeito do domínio infinitivo (o causado) ocupa uma posição p s-complexo verbal (cf. (45)); (ii) o causado   realizado como DP ou como PP, conforme a transitividade do verbo encaixado, sendo, no primeiro caso, cliticiz vel em acusativo e, no segundo caso, em dativo (cf. (46)); (iii) quando cliticizado, o causado ocorre em adjacência ao verbo causativo, dando origem   construção de Subida de Cl tico (cf. (46) vs. (47)).

- (45) a. O João mandou trabalhar os meninos.
b. O João mandou ler esse livro ao Pedro.
(46) a. O João mandou-os trabalhar.

- b. O João mandou-lhe ler esse livro.
 (47) a. *O João mandou trabalhá-los.
 b. *O João mandou ler-lhe esse livro.

4.1. O causado não é argumento externo do verbo encaixado

Em Gonçalves (1999, 2002), apresentam-se argumentos empíricos a favor da ideia de que, em PE, o causado não é realizado como argumento externo do verbo encaixado, contrariamente ao que é defendido em Kayne (1975), Burzio (1986), Villalba (1992) e Guasti (1997), e.o., para outras línguas. De entre esses argumentos, salientam-se os seguintes:

- (i) O causado não liga expressões anafóricas que se realizem sintacticamente como argumentos internos do verbo encaixado (cf. (48)), ao contrário do que acontece nos contextos em que o predicado complexo não é formado (cf. (49)).

- (48) *O professor mandou ler os seus próprios_i livros aos meninos_i.
 (49) O professor mandou os meninos_i ler os seus próprios_i livros.

- (ii) O causado não funciona como controlador de PRO em construções de Controlo subcategorizadas pelo verbo causativo (cf. (50)), impossibilidade que não se verifica em contextos em que não há formação do predicado complexo (cf. (51)).

- (50) *O Miguel mandou dizer PRO_i ter visto a Ana ao Zé_i.
 (51) O Miguel mandou o Zé_i dizer PRO_i ter visto a Ana.

- (iii) Se o verbo encaixado for transitivo, o causado não pode estar associado a quantificadores flutuantes (cf. (52)), o que, mais uma vez, não se verifica em contextos em que não se forma o predicado complexo (cf. (53)).

- (52) *Aos meninos, o professor mandou ler todos um livro.
 (53) O professor mandou os meninos lerem todos um livro.

- (iv) Quando o argumento interno OD integra um quantificador distributivo, pode ligar um possessivo que ocorra no constituinte causado (cf. (54)), o que não acontece quando o argumento externo do verbo encaixado é projectado como tal (cf. (55))⁹.

- (54) O Presidente mandou defender [cada proposta]_i ao seu_i autor.
 (55) O Presidente mandou o seu_i autor defender [cada proposta]_i.

Os contrastes acima apresentados sugerem, assim, que, em PE, o causado não é inserido na posição de argumento externo do verbo encaixado.

⁹ Ver Barss (1986).

4.2. O processo de incausativização do verbo encaixado

Os dados apresentados na secção anterior apontam para um processo de incausativização do verbo encaixado. Tal processo só se aplica quando se combinam dois objectos sintácticos, ou seja, quando a estrutura encaixada se combina com uma determinada subclasse de verbos, pelo que defendemos que se trata de um processo sintáctico e não lexical. Assim, a incausativização do verbo encaixado não resulta de operações lexicais como a redução ou a saturação, nem tão pouco da operação de alteração de entradas proposta em Marelj (2004).

A operação de redução não é aplicável na construção *fazer-Inf*, uma vez que esta operação, por um lado, elimina completamente um argumento da componente interpretativa/semântica mas também da componente sintáctica, o que contraria a Lei da Conservação (Marelj 2004: 29, seguindo Chomsky 1995 e Uriagereka 2000), de acordo com a qual, no nível sintáctico, a eliminação de um termo é ilegítima. Por outro lado, não provoca alteração de valores dos papéis temáticos dos argumentos, ao contrário do que acontece na construção *fazer-Inf*, como se ilustra em (56):

- (56) a. O João_{AGENTE} comeu a sopa.
b. O Zé mandou comer a sopa ao João_{ALVO}.

Finalmente, argumentos [+ m] não podem ser reduzidos por expletivização (cf. (16)), mas podem ocorrer na construção de União de Orações:

- (57) a. A testemunha interrogou-se. (* leitura inacusativa)
b. O tribunal mandou interrogar a testemunha ao advogado.

A construção *fazer-Inf* também não resulta da aplicação de saturação. Com efeito, esta operação impede a realização sintáctica do argumento saturado, que continua, no entanto, disponível na componente semântica/interpretativa. No entanto, nas construções que nos ocupam, o causado encontra-se sintacticamente realizado, mas os traços semânticos que o caracterizam são distintos dos do mesmo constituinte em construções não causativas (cf. a restrição sobre redução de funções- θ , em (16)). Adicionalmente, tal como a redução, a saturação não provoca alteração de valores dos papéis temáticos.

Note-se, ainda, que a operação de alteração de entradas referida em Marelj (2004) também não dá conta adequadamente das construções que agora nos ocupam. Esta operação, aplicável no contexto dos verbos causativos lexicais (cf. (58)), descausativiza os referidos verbos e adiciona-lhes um papel temático de Agente (cf. (59)).

- (58) a. The dog walked.
b. She walked the dog.
(59) *Lexical Causativization* (Marelj, 2004: 24)
a. Decausativize: Change a /+c feature to a /- c feature.
walk ([+c +m]) → *walk* ([- c +m])

b. Agentivize: Add an agent role.

walk ([-c +m]) → *walk* ([+c +m], [-c +m])

Embora na construção *fazer-Inf* pareça ocorrer descausativização (ou incausativização) do verbo encaixado, não é adicionado um papel temático de agente nem à grelha temática do verbo encaixado nem à do verbo matriz. A hipótese de que o verbo causativo é, nesta construção, um predicado ternário, compatível com (58) e defendida em Zubizarreta (1985, 1987), Bordelouis (1988), Alsina (1992, 1997) e Baker (1996), enfrenta diversos problemas empíricos:

A. O PP não precede o domínio infinitivo, contrariamente ao que sucede quando o verbo é ternário e selecciona um complemento frásico

- (60) a. *O João mandou à Maria comer a sopa.
b. O João disse à Maria ter encontrado o Pedro.

B. O verbo encaixado impõe restrições de selecção semântica sobre o causado

- (61) a. *O João fez ler a carta ao cão.
b. O João fez comer o osso ao cão.

C. Se o causado fosse um argumento interno do verbo causativo, a assimetria acusativo/dativo (cf. (46)) não seria explicada, uma vez que essa assimetria é sensível à transitividade do verbo encaixado.

D. Em contextos ditransitivos, a co-ocorrência do causado com um argumento Alvo do verbo encaixado é marginal

- (62) ?O João não mandou dar o livro ao Pedro_{ALVO} ao Zé_{CAUSADO}.

Assim, a marcação temática do causado parece decorrer das propriedades quer do verbo causativo quer do verbo encaixado.

A questão que se coloca, então, é a seguinte: dado que em PE o causado não exhibe as propriedades de um argumento externo, aproximando-se dos argumentos internos, em que posição é ele inserido? E como é tematicamente marcado?

Assumamos, como em Gonçalves (1999, 2002), que, na construção *fazer-Inf* do PE, o complemento infinitivo é a projecção de um afixo nulo – *Incaus*. De acordo com a autora, este afixo (i) projecta-se como o núcleo em que o verbo é soletrado quando o predicado complexo é formado, o que dá conta de fenómenos de ordem, nomeadamente no que diz respeito à posição de advérbios modificadores de VP; (ii) suspende o papel temático externo do verbo encaixado. Adoptando o Sistema Temático de Reinhart (2000, 2002), esta segunda propriedade consiste na subespecificação para o traço [c] do argumento externo do verbo encaixado, o que induz uma leitura de causado e não de causador.

A ideia de que, na construção *fazer-Inf*, ocorre um processo de incausativização encontra suporte empírico no facto de o papel temático do causado ser distinto do do argumento externo em contextos não causativos (cf. (56)). Para além disso, na construção em causa não operam outros processos (lexicais ou não) que também desencadeiem a incausativização do predicado encaixado, como as operações de saturação (cf. passivas, (63)) e de redução (cf. *se* anticausativo, (64)). Esta impossibilidade é predita em Reinhart (2000) e Reinhart & Siloni (2005), e ainda pelo Princípio de Não-Redundância Morfológica formulado em Zubizarreta (1985).

- (63) *O professor mandou ser lido o livro pelos meninos.
 (64) *Os soldados mandaram dispersar-se a multidão.

Dado que a posição de argumento externo do verbo encaixado não se encontra disponível, o causado é inserido como argumento interno, de acordo com as instruções para *Merge* no sistema computacional, enunciadas em (32). O causado corresponde, assim, a um argumento internalizado do verbo encaixado, mas não do verbo matriz (cf. (60)-(62)).

Esta análise faz correctamente as seguintes predicções:

- (i) o argumento externo do verbo encaixado continua a ser interpretado como argumento, o que dá conta das restrições ilustradas em (60).
 (ii) Não é alterado o número de argumentos dos predicadores envolvidos, o que seria ilegítimo se assumirmos que o processo de incausativização opera em Sintaxe, em PE. Assim, em (65) os verbos *trabalhar* e *ler* continuam a projectar-se como predicados unário e binário, respectivamente.
 (65) a. O João mandou trabalhar os meninos.
 b. O João mandou ler esse livro ao Pedro.
 (iii) Dado que se assume que *Merge* procede de baixo para cima, temos de considerar que, nestes contextos, actua uma operação de *Remerge*: primeiro, são projectados os argumentos do predicado encaixado tal como especificados no Léxico; quando V é atraído para *Incaus*, é desencadeada a internalização do argumento externo¹⁰. Sendo *Remerge* uma operação pouco económica por implicar um maior número de passos, os falantes do PE manifestam uma preferência por ECM em detrimento de União de Orações.
 (iv) Uma vez que existem argumentos empíricos fortes para se considerar que nesta estrutura é formado um predicado complexo, o causado é interpretado como argumento do complexo verbal. Assim, tem de obedecer a restrições

¹⁰ Entendemos *Remerge* no sentido de Starke (2001), segundo o qual os elementos podem combinar-se por uma operação de *Merge*, ser projectados e, numa fase superior da derivação, ser submetidos a *Remerge*. Stroik & Putnam (no prelo) assumem, de igual modo, que um objecto, depois de *Merge*, pode ser reenviado para a Numeração, sendo alvo de nova composição, em sintaxe estrita, se na derivação ocorrer um núcleo portador de um traço que tenha de ser verificado pelo referido objecto. Na construção causativa em análise, o núcleo desencadeador desta operação é *Incaus* e o alvo da mesma é o argumento internalizado.

impostas por ambos os verbos. O facto de o causado perder a especificação para o traço [c] é crucial, uma vez que, a não ser assim, existiriam dois argumentos marcados como [+c], o que contrariaria a restrição sobre a realização dos feixes de traços apresentada em (66).

- (66) Cluster Distinctness Constraint (Marelj, 2004: 19)
- a. Two indistinct theta-clusters cannot be both realized on the same predicate.
 - b. Distinctness: two feature clusters α and β are distinct iff a) they share at least one feature, and b) there is at least one feature or value which they do not share.

5. Conclusões

As observações feitas ao longo deste trabalho permitem-nos chegar às seguintes conclusões:

- (i) A existência das operações lexicais de *redução* e *saturação*, que se aplicam sobre as entradas lexicais verbais, dão conta dos fenómenos associados às nominalizações eventivas de base transitiva, da seguinte forma:
 - A operação de Redução dá origem a uma derivação inacusativa (pessoal ou impessoal), em que o argumento que sobrevive à actuação da referida regra é marcado como Genitivo;
 - A operação de Saturação dá origem a derivações médias (se o argumento lexicalizado corresponder ao argumento interno da base verbal), inergativas (se o argumento lexicalizado corresponder ao argumento externo da base verbal) ou ambíguas (médias ou inergativas).
- (ii) As nominalizações de base transitiva em que apenas se encontra realizado o argumento interno são ambíguas entre construção *inacusativa* e construção *média*; às primeiras aplica-se uma operação de *redução expletiva*, às segundas, uma operação de *saturação* do argumento externo.
- (iii) No caso de a base verbal ser transitiva indirecta, inacusativa ou inergativa, as nominalizações não resultam de operações lexicais, havendo *mapping* directo entre categorias semânticas e posições sintácticas.
- (iv) Os predicados complexos de tipo *fazer-Inf* são também o resultado de operações que afectam a grelha temática de um dos predicadores envolvidos – o verbo encaixado. Essas operações actuam, porém, em Sintaxe e não no Léxico, pelo que as propriedades da construção são distintas das das nominalizações.
- (v) Na construção referida em (iv), a projecção do morfema nulo *Incaus* desencadeia a internalização do argumento externo do predicador encaixado. Esse morfema suspende a atribuição de papel temático ao argumento externo, marcando-o como não especificado para o traço [c], permitindo que se lhe atribua a leitura de causado (e não de causador) e obrigando a *Remerge*.

Referências

- Alexiadou, A. (2001) *Functional structure in nominals. Nominalization and ergativity*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Alexiadou, A., E. Anagnostopoulou & F. Schäfer (2005) The properties of anticausatives crosslinguistically. In Frascarelli, M. (org.) *Phases of interpretation*. Berlin: Mouton.
- Alsina, A. (1992) On the argument structure of causatives. *Linguistic Inquiry* 23, pp. 517-555.
- Alsina, A. (1997) Causatives in Bantu and Romance. In Alsina, A., J. Bresnan & P. Sells (orgs.) *Complex predicates*. CSLI Lecture Notes 64. Stanford: CSLI Publications.
- Baker, M. (1988) *Incorporation*. Chicago: UCP.
- Baker, M. (1996) *The polysynthesis parameter*. Oxford: OUP.
- Barss, A. (1986) *Chains and anaphoric dependence*. Dissertação de PhD, MIT.
- Bordelais, I. (1988) Causatives: from Lexicon to Syntax. *Natural Language and Linguistic Theory* 6, pp. 57-93.
- Burzio, L. (1986) *Italian Syntax: a Government-Binding approach*. Dordrecht: Kluwer.
- Chierchia, G. (2004) A semantics for unaccusatives and its syntactic consequences. In Alexiadou, A., E. Anagnostopoulou & M. Everaert (orgs.) *The unaccusative puzzle: explorations of the syntax-lexicon interface*. Oxford: OUP, pp. 22-59.
- Chomsky, N. (1970) Remarks on nominalization. In Jacobs, R. & P. Rosenbaum (orgs.) *Readings in English Transformational Grammar*. Washington: Georgetown University Press, pp.184-221.
- Chomsky, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Duarte, I. (2003) A família das construções inacusativas. In Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho: Lisboa., pp. 507-538.
- Fox, D. & Y. Grodzinsky (1998) Children's passive: a view from the *by*-phrase *Linguistic Inquiry* 29, pp. 311-332.
- Gonçalves, A. (1999) *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do Português europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, A. (2002) The causee in the *faire*-Inf construction of European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 1, pp. 197-214 (editora convidada: Inês Duarte).
- Grimshaw, J. (1990) *Argument structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Kayne, R. (1975) *French Syntax: the transformational cycle*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Marelj, M. (2004) *Middles and argument structure across languages*. Utrecht: LOT Dissertations.
- Miguel, M. (2004) *O Sintagma Nominal em PE: posições de sujeito*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Picallo, C. (1991) *Funcions dobles: tres estudis de Sintaxi Catalana*, Dissertação de Doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Raposo, E. (1981) *A construção 'União de Orações' na Gramática do Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Reinhart, T. (2000) Theta System: syntactic realization of verbal concepts. *OTS Working Papers in Linguistics*.
- _____. (2002) The Theta System: an overview. *Theoretical Linguistics* 28, pp. 229-290.

- Reinhart, T. & T. Siloni (2005) The Lexicon-Syntax parameter: reflexivization and other arity operations. *Linguistic Inquiry* 36, pp. 389-436.
- Starke, M. (2001) *Move dissolves into Merge*. Dissertação de PhD, University of Geneva.
- Stroik, T. & M. Putnam (no prelo). Surviving reconstruction. In Grohmann, K. (org.). *Proceedings of Interphases*.
- Uriagereka, J. (2000) *Rhyme & Reason*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Villalba, X. (1992) Incorporation, Case and economy. A principled approach to causative constructions. *Catalan Working Papers in Linguistics*, pp. 345-389.
- Zubizarreta, M. L. (1985) The relation between Morphophonology and Morphosyntax: the case of Romance causatives. *Linguistic Inquiry* 16, pp. 247-289.
- Zubizarreta, M. L. (1987) *Levels of representation in the Lexicon and in the Syntax*. Dordrecht: Foris.